



4º Encontro Internacional de Política Social 11º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social**

Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Mesa coordenada Mobilidade do capital e deslocamentos forçados na Amazônia

MOBILIDADE DO CAPITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: Grandes empreendimentos, migrações e indicadores sociais

Nádia Socorro Fialho Nascimento¹

Resumo

O artigo aborda a mobilidade do capital no contexto da Amazônia brasileira e objetiva refletir sobre a sua presença – pela via de grandes empreendimentos - e sobre os resultados sociais dela na região. As reflexões apresentadas ancoram-se em pesquisa bibliográfica e documental e os resultados confirmam que, em função do privilegiamento da lógica do crescimento econômico sob a égide do capital, as condições de vida e trabalho das populações da região amazônica vêm apresentando declínio significativo do que resulta o acirramento das expressões da “questão social” na região sem que Políticas Sociais possam prover garantias mínimas.

Palavras-chave: Capitalismo. Amazônia. Grandes empreendimentos. Indicadores sociais.

CAPITAL MOBILITY AND PUBLIC POLICY IN THE AMAZON: LARGE ENTERPRISES, MIGRATION AND SOCIAL INDICATORS

Abstract

The article deals with the mobility of capital in the context of the Brazilian Amazon and objectively reflect on their presence - by way of large enterprises - and on the social results of it in the region. The ideas presented are anchored in bibliographic and documentary research and the results confirm that, according to the logic of privileging economic growth under the aegis of capital, the conditions of life and work of the people of the Amazon region have shown significant decline resulting the worsening of the terms of the "social question" in the region without social Policies can provide minimum guarantees.

Keywords: Capitalism. Amazon. Large enterprises. Social indicators.

1 INTRODUÇÃO

Nesta parte do planeta que conhecemos por Amazônia, marcada pela exuberância da natureza e pela presença de povos originários, a presença do grande capital se fez sentir desde o período colonial. Aqui ele produziu e (re) produziu a expropriação do homem de seus meios de produção dando origem às chamadas expressões da “questão social” que, na região, são marcadas pela historicidade própria de sua formação econômico-social. Ao mesmo tempo em que repetiu-se aquela expropriação também se particularizaram os resultados dela através da questão agrária, ambiental, política,

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social/FASS e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). E-mail: <fialho@ufpa.br>.

econômica, cultural e social. Estas apresentam-se aos olhos da sociedade como manifestações focalizadas, distorcidas, fragmentadas, desviando o olhar da essência dos processos em curso qual seja, a internacionalização do capital e de suas formas destruidoras.

A mobilidade do capital orienta-se pela lógica que busca espaços de rentabilidade máxima para a acumulação capitalista e a Amazônia se constitui num desses espaços. Nela a acumulação de capital se dá pela via da exploração da natureza através da implantação de grandes empreendimentos, públicos e/ou privados, como grandes projetos de mineração, projetos agropecuários, usinas hidrelétricas, portos, estradas e, mais recentemente, pela expansão do agronegócio (destacadamente, mas não exclusivamente, a cultura da soja) todos esses processos produtivos reiterando a reprimarização da região pela produção de *commodities*.

Dentre os inúmeros resultados (e mesmo como condição) daquela dinâmica destaca-se, dentre outros, a expropriação do homem nativo das suas condições materiais de existência pois, quando o grande capital se instala na região através de grandes empreendimentos, desaloja os ocupantes originários dos espaços tradicionalmente ocupados forçando-os a buscar áreas alternativas, próximas ou não aos seus antigos locais de moradia. Os processos migratórios daí produzidos, à exemplo daqueles registrados por Marx (1989) nos primórdios do capitalismo, confirmam que a lógica do capital – em diferentes contextos históricos -, conduz tanto à degradação da natureza como das condições de vida do homem.

Nesse texto argumentamos que, em relação à Amazônia -, refletir sobre a mobilidade do capital, a complexidade dos processos migratórios em curso e sobre os desafios às Políticas Sociais na contemporaneidade requer uma análise da inserção subordinada da região à totalidade regida pelo capital. Essa inserção subordinada, que remonta ao período colonial, reduziu a Amazônia à condição de empório de matérias primas, necessárias ao processo produtivo capitalista o que se reatualiza na contemporaneidade. Aliada a esta condição – e as suas conseqüências históricas -, tem-se novas manifestações presentes na atualidade dentre as quais destacam-se novos fluxos migratórios para a Amazônia brasileira e a precariedade das Políticas Sociais. Em função de mais uma das crises do capital se avolumam os desafios às Políticas Sociais no contexto amazônico pois, mesmo numa conjuntura voltada à superação da pobreza extrema através dos programas de transferência de renda, por sua insuficiência e

focalização no contexto do recrudescimento da exploração capitalista, eles não têm sido capazes de reverter as desigualdades expressas em seus indicadores. Para uma apreensão desses processos este texto apresenta os determinantes econômicos que conformaram a ocupação do espaço amazônico por meio da mobilidade do capital e os resultados dessa ocupação nas condições de vida e trabalho da população amazônica.

2 GRANDES EMPREENDIMENTOS, EXPROPRIAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS NA AMAZÔNIA

O “modelo” de desenvolvimento historicamente adotado na Amazônia se relaciona, em geral, às atividades extrativas e exploradoras, cujos ganhos dependem em grande medida das condições do mercado internacional e das flutuações de preços sendo, portanto, dependente em sua execução e origem. A dependência da região em relação ao mercado mundial capitalista é resultado da sua inserção historicamente subordinada àquele mercado que remonta à economia gomífera, a partir do que os interesses em jogo estiveram (como ainda estão) também subordinados à interesses externos à região.

A partir da Divisão Internacional do Trabalho do pós-guerra, a Amazônia teve reafirmado a sua condição de espaço privilegiado das ações do capital monopolista, uma vez que, segundo Leal (1986), a região apresentava condições como: a) Mercado amplo e crescente; b) Matéria prima barata e abundante; c) Mão de obra barata e abundante. Segundo o mesmo autor a ditadura militar consolidou a vocação *outorgada* à Amazônia a partir da década de 1940 como região mineira. A ocupação produtiva da Região foi então justificada tanto pela abundância de seus recursos naturais, como pela necessidade de integração de uma área fronteira de grande dimensão. Estes dois aspectos, o econômico (desenvolvimento) e o ideológico (segurança), foram assim utilizados pelos governos militares para legitimar “[...] a redefinição, no plano regional, da prática das relações de produção compatíveis com a ocupação modernizadora e conservadora” (LEAL, 1981, p. 124).

Após o golpe de Estado de 1964, o governo militar deu continuidade à transformação da região amazônica em espaço de expansão das relações de produção capitalistas, sob a égide dos princípios da Doutrina da Segurança Nacional. Além da chamada “Operação Amazônia” (1965/1967), datam dessa época a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) - substituto do Banco de Crédito da Borracha

(BCB) -, em Banco da Amazônia (BASA); a extinção da SPEVEA e a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a reformulação e ampliação da política de incentivos fiscais e a alteração da lei que criou a Zona Franca de Manaus. Os militares ainda outorgaram uma nova Constituição (1967) e fizeram mudanças significativas em matérias específicas de lei como o Estatuto da Terra (1964) e a Revisão do Código de Minas (1967).

Segundo Pinto (1995), a reformulação da política de incentivos fiscais iniciada, ainda em 1953, como parte do projeto desenvolvimentista, via industrialização, se constituiu numa invenção do governo brasileiro a favor de um capitalismo sem capital na Amazônia. Para Galeano (1985) é uma constante na América Latina, que “se entregam os recursos ao imperialismo em nome da falta de recursos” (GALEANO, 1985, p. 151). O certo é que o estabelecimento da política de incentivos fiscais, de 1963, apesar de exaltada por uns como mecanismo original de dinamização da economia da região, através do binômio governo/setor privado, acabou por produzir graves distorções (PANDOLFO, 1994). Destacam-se, nesse caso, os incentivos fiscais a projetos agropecuários que não produziram alimentos e muito menos renda. A concessão desses incentivos também para a agropecuária, e não somente para a agricultura, fez com que aqueles produzissem, sobretudo, uma enorme devastação de escala, sem qualquer retorno social expressivo. Como resultado dela “A procura de terras na Amazônia no geral, e no Pará em particular, aumentou consideravelmente: terra e incentivos fiscais formaram um binômio cobiçado por empresários nacionais e estrangeiros” (TRECCANI, 2001, p. 245).

No caso da agricultura, as empresas capitalistas que investem no setor aproveitando-se do “[...] aumento de preços dos produtos agrícolas no período 1972-74, ou da carne, desde os anos 60” (FOLADORI, 2001, p. 186), e ainda dos projetos de desenvolvimento do governo federal – que incluem a Política de Incentivos Fiscais - realizaram um imenso avanço sobre as chamadas *fronteiras agrícolas*, cuja área mais significativa era (e é) a Amazônia, contribuindo para a geração de graves conflitos agrários.

O fato é que tanto a integração da Amazônia pela via da abertura de grandes estradas - como a Transamazônica -, como o plano de colonização do Instituto de Reforma e Colonização Agrária (INCRA), se inscrevem no conjunto de medidas adotadas pelos governos militares para dotar a região de infra-estrutura básica de apoio

aos projetos de desenvolvimento comandados pelo grande capital. O programa de integração dos militares previa a construção, além da Transamazônica, das estradas Perimetral Norte, Santarém-Cuiabá e Manaus-Porto Velho, que se somariam à rodovia Belém-Brasília, construída ainda no governo de J.Kubitscheck. Os programas de colonização associados à construção da Transamazônica resultaram num rápido e devastador processo de ocupação da região. Por meio de Decreto, o governo federal se apossou de 100 km de cada lado das rodovias federais, destinando-as a “[...] várias finalidades, como projetos de colonização oficial, venda e assentamento de pequenos e médios proprietários rurais e mesmo a implantação de grandes projetos que contaram com estímulos oficiais” (COELHO, 1998, p. 20).

3 MIGRAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Dentre os empreendimentos diversos sediados na Amazônia, merecem destaque ainda aqueles anteriores à década de 1970 – o Projeto FORD (no Pará na década de 1920), o Projeto ICOMI (no Amapá na década de 1940) e o Projeto Jari (no Pará na década de 1960). Enquanto os dois primeiros se constituíram em precursores dos grandes projetos na região, o Projeto Jari se constituiu numa “[...] iniciativa de produção de papel e celulose que se consubstanciou na implantação de uma gigantesca planta industrial em Monte Dourado no Pará” (GONÇALVES, 2005, p. 59). Diversos autores enfocaram o caráter enclávico do grande projeto o que é confirmado por Ribeiro (1990), quando este informa que, especialmente os minero-metalúrgicos, tornam-se “[...] enclaves na região, sem provocar maiores efeitos benéficos, (...), já que são empreendimentos voltados exclusivamente para o mercado externo” (RIBEIRO, 1990, p. 11-2).

A partir da década de 1970 configura-se um novo momento para a Amazônia, quando o capital, nacional e internacional, contando com a atuação do Estado e pela via privilegiada das multinacionais, invade o espaço amazônico armado de alta tecnologia, que explora e saqueia com muito maior voracidade os recursos naturais. A Amazônia passa a ser cenário de projetos de intervenção estatal que sob o discurso da modernização, deram início à instalação dos chamados grandes projetos² na região. O

² Segundo Leal (1996, p. 10) a expressão grande projeto “surgiu na Amazônia da década de 1970 para designar os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora”. Para o mesmo autor os precursores dos Grandes Projetos na Amazônia foram o Projeto Ford, no Rio Tapajós, na década de 1920 e o Projeto ICOMI, no Amapá, na década de 1940.

primeiro grande projeto da cadeia produtiva da mineração foi implantado no estado do Pará³, ainda durante a ditadura militar, com a exploração de bauxita metalúrgica pela Mineração Rio do Norte (MRN), no município de Oriximiná. Esta produção se constituiu na maior atividade mineral-extrativa do estado, ao lado da mineração do ouro em Itaituba, até a entrada em operação, na década de 1970, do Programa Grande Carajás (PGC). À grandiosidade – Carajás se constitui na maior mina de minério de ferro do mundo, exportando ao redor de 90 milhões de toneladas do minério por ano - e complexidade deste empreendimento, ou do conjunto dos seus vários sub-projetos, corresponde um gigantesco e complexo conjunto de conseqüências sócio-ambientais sobre a região onde ele foi decretado. Estes efeitos abrangem diferentes grupos humanos e diferentes áreas geográficas, daí decorrendo a sua complexidade. Entre os muitos efeitos destacam-se aqueles que relacionam dialeticamente áreas urbanas e áreas rurais, ambas afetadas pelo movimento industrializador. Segundo Almeida (1995), podemos encontrar na área do Programa Grande Carajás, nos três estados que o compõem⁴, unidades de conservação ambiental; Reservas extrativistas; Terras indígenas; Áreas reservadas aos militares; Áreas concedidas, adquiridas ou pretendidas pela CVRD; Áreas desapropriadas, adquiridas e projetos de assentamento; Reservas garimpeiras e províncias auríferas; Áreas de ocorrência de babaçuais e a produção de óleos vegetais; um Polígono de Castanhais; Terras de pretos, Terras de índios; Terras de santo; Terras da Igreja; Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas; Usinas de ferro gusa, de ferro ligas e carvoarias e Latifúndios por dimensão e imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares.

No contexto da crise capitalista⁵ do período ocorreu a reestruturação da indústria mundial de alumínio e a Amazônia Oriental foi alvo da instalação de

³ O estado do Pará se destaca no cenário amazônico por abrigar em seu território uma população de 7.581.051 (sete milhões, quinhentos e oitenta e um mil e cinqüenta e um) habitantes (IBGE, 2010) e ser o segundo estado brasileiro em extensão territorial, o segundo estado minerador do Brasil e o primeiro em concentração mineral. O Produto Interno Bruto (PIB) paraense – centrado no extrativismo mineral -, apresentou no período de 1995/2007 um crescimento acumulado de 157,16%, superior ao crescimento médio nacional, no mesmo período, que foi de 139,77% (SALES; SEQUEIRA, 2010).

⁴ Ainda na década de 1980 foi criado o Programa Grande Carajás/PGC abrangendo, à época, partes dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, num total aproximado de 900.000 km², correspondente a 11% do território nacional. Nesta área se encontra a maior província mineral do planeta - cobre, estanho, ouro, alumínio, manganês, níquel e ferro -, sendo que as jazidas deste último, localizadas na Serra dos Carajás, no estado do Pará, foram estimadas entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) bilhões de toneladas.

⁵ A crise econômica de 1970, que pôs fim a um longo período de expansão do capital, fez com que este buscasse saídas estratégicas que incluíssem, na esfera do consumo, a busca e/ou criação de novos mercados e, na esfera da produção, a busca de novas áreas para a instalação mais barata de novas

indústrias de alumínio primário com produção concomitante à exploração das reservas de bauxita. A área definida para a instalação, na década de 1980, do complexo Albrás/Alunorte⁶ ocorreu, como nos demais grandes projetos, à revelia da sociedade (Leal, 1986). O local escolhido para a instalação do complexo Albrás/Alunorte situou-se, pelas facilidades e condições que oferecia, no município de Barcarena, distante cerca de 40 km de Belém, capital do estado. Cerca de 500 (quinhentas) famílias que residiam na área foram desapropriadas, várias delas sem indenização e remanejadas sem que fossem consultadas sobre para onde desejavam ir e em que condições. Foram privadas, assim, da possibilidade de reproduzirem-se nas mesmas condições em que o faziam antes da chegada das empresas, o que contribuiu, entre outros, para uma brutal alteração da reprodução das suas condições materiais de existência.

Na década de 1980 foram descobertos depósitos de caulim ao longo do rio Capim, afluente do rio Guamá, também no estado do Pará, tendo início a instalação de mais um grande projeto no município de Barcarena para o beneficiamento daquele mineral. A infra-estrutura existente no município facilitou a escolha do local uma vez que o grande capital já encontrava prontas as condições para ali se implantar. Estas condições favoráveis à implantação de grandes projetos em Barcarena foram obra do Estado, que realizara os investimentos necessários à ação privada da acumulação capitalista. Na área onde instalou-se o novo projeto, próximo às instalações do projeto Albras/Alunorte, existia toda uma complexa estrutura social composta de inúmeras comunidades rurais, com uma população cabôca, ligada por fortes laços de parentesco e religiosidade, praticantes da pesca, caça e extrativismo, além de uma pequena lavoura de subsistência. Além da ausência e/ou precariedade dos serviços/equipamentos de saúde, educação, transporte, saneamento básico, etc, as comunidades originárias

indústrias, dentre outras medidas. Os dois choques nos preços do petróleo atingiram duramente os países de capitalismo avançado, dentre eles o Japão. Este país, que iniciara um movimento de concorrência no mercado mundial com os Estados Unidos, teve afetada a sua capacidade produtiva, especialmente no ramo da indústria de alumínio primário. Empresários japoneses buscaram então transferir suas unidades produtivas para onde houvesse facilidades à produção de alumina e alumínio. Como o alumínio é produzido a partir da alumina e esta a partir da bauxita, e como essa produção demanda a disponibilidade de enormes quantidades de energia, missões japonesas estiveram no estado do Pará reclamando o apoio do Estado para a implantação de um complexo de alumínio na Amazônia. À exemplo dos demais empreendimentos mencionados, a defesa do grande projeto por parte da burguesia local, virtualmente uma burguesia subsidiária, esteve baseada no discurso do desenvolvimento regional, do “progresso” a ser gerado pelo investimento do capital na região.

⁶ O complexo Albras/Alunorte processa bauxita e a transforma em alumina e depois alumínio primário. As principais reservas do mineral estão situadas no município de Oriximiná, no estado do Pará, que concentra 75% das reservas totais brasileiras (PARÁ, 2009).

expropriadas foram afetadas pelos impactos sócio-ambientais⁷ com a implantação dos 02 (dois) grandes projetos. Segundo Hazeu e Fialho Nascimento (2015, p. 292),

Além do beneficiamento da bauxita pela Albras/Alunorte e do caulim pelas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, o município passou a sediar a VOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja. (HAZEU; FIALHO NASCIMENTO, 2015, p. 292).

Ainda segundo os autores, ao mesmo tempo em que o município de Barcarena apresenta elevado Produto Interno Bruto/PIB em função da produção mineral, seus indicadores sociais expressam a precariedade das condições de vida da maioria da população. Enquanto o PIB de Barcarena foi de R\$ 3,5 bilhões de reais as condições de vida da grande maioria da população barcarenense não refletem a produção dessa riqueza onde metade da população de Barcarena auferem renda inferior a R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais). Além da variável renda, as desapropriações e a poluição industrial resultantes da implantação dos grandes projetos indicam a precariedade das condições de vida e trabalho da população do município.

Outro caso de implantação de grandes projetos no estado do Pará é o da ALCOA, uma multinacional do ramo mineiro, que detém 01 (um) bilhão e 100 (cem) milhões de toneladas de bauxita, explorada no rio Trombetas. Na década de 2000 a ALCOA obteve do governo do estado a aprovação, pela via da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia da Amazônia (SECTAM), de um novo projeto de exploração de 170 (cento e setenta) milhões de toneladas de bauxita no lago Muirapinima, município de Juruty Velho, no estado do Pará. Em 2006 iniciaram-se as atividades de construção do empreendimento mesmo diante das irregularidades apontadas no processo de licenciamento pelo Ministério Público Federal e Estadual (MPF, MPE, 2005, p. 18-19).

O município de Juruti, originado a partir de uma aldeia de índios Muduruku, no século XIX, é acessado apenas por via fluvial, meio através do qual a área foi acessada por outros grupamentos humanos que deram origem a uma população mestiça. No município de Juruti encontra-se a Vila de Muirapinima, localizado às margens do lago Grande Juruti, ocupada por famílias com forte ascendência indígena. Este grupo de famílias auto-identificadas como populações tradicionais, organizaram-se para a criação

⁷ Destaca-se a ocorrência de chuva ácida, com graves efeitos sobre a fauna e a flora, partir da emissão de dióxido de enxofre no processo de funcionamento da Albras/Alunorte.

de um Projeto Agroextrativista denominado PAE⁸ Juruti Velho, que se constitui numa modalidade de assentamento que diferentemente de outras modalidades, objetiva a fixação e regularização territorial dos habitantes tradicionais da área, com vistas à exploração das riquezas extrativistas numa perspectiva ambiental e cultural.

A partir das obras de implantação da ALCOA no município de Juruti, foram identificados inúmeros processos sociais, econômicos e ambientais que afetaram a sobrevivência das comunidades. Em razão da construção do porto, da ferrovia e da preparação do terreno para a lavra do minério, as rotas utilizadas pelas comunidades para a coleta de castanha e captação de água foram modificadas (MONTEIRO, 2009). A impossibilidade do extrativismo da castanha representa a maior alteração socioeconômica vivenciada pelas 45 (quarenta e cinco) comunidades que residem no entorno do projeto da ALCOA. Como a castanha é o produto com maior valor no mercado, a impossibilidade e/ou dificuldade na sua coleta compromete a sobrevivência das comunidades. Ao lado da desestruturação socioeconômica, as comunidades também foram vítimas de alterações culturais significativas, que incidem especialmente sobre a geração mais jovem, seduzida pelo discurso da modernidade que os faz renegar a possibilidade de trabalhar a terra como seus pais. Em função dos processos desencadeados sobre a área parte dos moradores venderam suas terras por quantias irrisórias para a própria ALCOA observando-se uma gradual dissolução dos laços comunitários e a possibilidade concreta de que essa população venha a experimentar processos de pauperização das suas condições de vida e trabalho.

Também na década de 2000 teve início a implantação de um novo grande projeto no estado do Pará, dessa vez uma mina de exploração de cobre no município de Canaã de Carajás que produziu, desde a sua instalação, problemas ambientais e conflitos com a população local. A cidade de Canaã dos Carajás nasceu como projeto de assentamento agrícola na década de 1980 quando da implantação do PGC tendo sido emancipado em 1994 do município de Parauapebas⁹ que por sua vez fora desmembrado do município de Marabá em 1988. A população do município de Canaã dos Carajás saltou de 11.139 habitantes em 1997 para 27.928 moradores em 2011 o que demonstra a

⁸ O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) está regulado pela Portaria INCRA/P/Nº 268, de 23/10/1996, que revogou a Portaria P/Nº 627, de 30/07/87, adequando-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

⁹ Juntamente com Barcarena, o município de Parauapebas se destaca dentre os 05 (cinco) municípios paraenses de maior PIB total e dentre os 05 (cinco) maiores PIBs *per capita* do Pará (Fialho Nascimento, 2011a).

inequívoca relação desse aumento populacional com a instalação da mineração e/ou de atividades ligadas a ela. A devastação do meio ambiente por conta de transbordamento de tanques de rejeitos do processo de extração do minério, o assédio da Vale e da empresa terceirizada DIAGONAL sobre camponeses assentados para a aquisição de lotes, a violência de fazendeiros contra camponeses dentre outras questões, são problematizadas por associações ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Canaã dos Carajás.

Ao lado dos grandes projetos da cadeia produtiva da mineração, instrumento privilegiado de saque aos recursos minerais da Amazônia brasileira ganhou destaque, a partir das duas últimas décadas do século XX, o crescimento significativo de outras expressões produtivas na região. Este é o caso do agronegócio - que engloba a agricultura e a pecuária -, e no qual se têm destacado as culturas agrícolas de exportação, como é o caso da soja, assentada ao lado das vias de comunicação que ligam a Amazônia ao centro-sul: as rodovias Cuiabá-Porto Velho (Br 158) e a Cuiabá-Santarém (Br 163). O cultivo da soja no Brasil teve início na região sul, mais precisamente nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, de onde rumou para a zona do cerrado, chegando até o Maranhão e, daí, seguindo pela rodovia Cuiabá-Santarém, penetrou na região do Baixo Amazonas paraense. Leal (2004) destaca que o crescimento dessa cultura está relacionado à demanda por suprimentos alimentares para a produção de carne de frango, boi e porco, em regime de confinamento nos países da Europa e nos Estados Unidos. Dois grandes grupos atuam na produção da soja na região amazônica: a HERMASA e a CARGILL, a primeira uma empresa nacional e a segunda uma multinacional norte-americana que atua no mercado agrícola, de alimentos, financeiro e industrial. A CARGILL instalou-se desrespeitando dispositivos fundamentais da legislação ambiental brasileira sendo interdita por duas vezes pelo Ministério Público Federal (MPF). Nas duas vezes em que foi interdita a CARGILL foi liberada e a empresa efetivamente alcançou os objetivos de atrair para a Amazônia plantadores de soja, que acabaram por vir, especialmente do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, sendo os responsáveis por uma destruição antes nunca vista na região.

A ocupação da região sul do estado do Pará pela sojicultura promete ser a mais devastadora, especialmente em termos ambientais e humanos, de que se tem notícia pois milhões de hectares de floresta nativa já foram derrubadas para dar lugar a essa monocultura, alterando inclusive a paisagem natural da região. O Baixo-Amazonas

paraense, na qual há uma significativa parcela de habitantes que a ocupam há incontáveis gerações, já começou a ser violentamente invadida pelos sojeiros, majoritariamente fazendeiros do sul e sudeste do país, atraídos pela facilidade no acesso à terra, pela facilidade em pressionar seus ocupantes locais e pelas facilidades generosamente oferecidas desde a época da ditadura. Têm-se, assim, o desalojamento dos ocupantes originários dos espaços onde aqueles empreendimentos se instalaram, as chamadas populações tradicionais – *cabôcos*, ribeirinhos, quilombolas, grupos indígenas, pequenos trabalhadores rurais, etc.

Ao serem expropriados de suas terras para dar lugar à implantação de grandes empreendimentos econômicos na Amazônia brasileira, os habitantes originários buscam, então, áreas alternativas, próximas ou não aos seus antigos locais de moradia, num processo migratório interno e externo à região. Dentre outros resultados isso faz crescer pequenas e médias cidades, as quais apresentam índices de crescimento populacional superiores aos das capitais, concentrando cerca de “70% da população regional” (PEREIRA, 2006, p. 25). Nestas as condições de vida e trabalho são mínimas o que pode ser exemplificado pelo estado do Pará onde, apesar da excepcional produção de riqueza pela via da exploração mineral, os dados dos Censos Demográficos indicam que a pauperização de sua população tem apresentado um tímido recuo se comparado aos dados nacionais. Enquanto o Brasil apresentou percentuais de 18,64%, 12,48% e 6,62% de pessoas extremamente pobres nos anos de 1991, 2000 e 2010, no estado do Pará essa relação foi de 26,43%, 22,89% e 15,90% para os mesmos períodos. Isso pode ser confirmado pelos dados que indicam a dependência de um considerável contingente da população paraense dos principais programas de transferência condicionada de renda. Esse é o caso do Programa Bolsa Família/PBF¹⁰ que, no estado do Pará, apresenta uma participação de 35,04% das famílias paraenses no programa o que reforça as reflexões sobre o agravamento das condições de vida e trabalho da população amazônica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região amazônica a presença do grande capital tem resultado em transformações que ocorrem no encontro e confronto entre diferentes modos de vida,

¹⁰ De acordo com a Lei nº 10.836/2004, o PBF se destina a famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, consideradas famílias pobres.

entre o avanço do capitalismo globalizado – pela via privilegiada de grandes projetos de mineração no contexto das políticas (neo) desenvolvimentistas -, e pela insuficiência de políticas públicas capazes de dar conta das históricas desigualdades sociais em relação às demais regiões do Brasil. Têm-se como um dos seus resultados os chamados deslocamentos forçados das populações – especialmente, mas não exclusivamente, aquelas originárias -, e a conseqüente pauperização das suas condições de vida e trabalho. Para além dos processos visíveis e mensuráveis, coexistem processos de violação dos modos de vida e produção de identidade dos grupos humanos afetados, direta e indiretamente, pelo privilegiamento da lógica do grande capital.

Argumentamos que os processos em curso na Amazônia relacionam-se, intrinsecamente àqueles que, em diferentes contextos e intensidades -, são marcados pelo recrudescimento das formas destruidoras da natureza e das formas de vida do homem. Os séculos de exploração das ditas sociedades civilizadas sobre povos originários realizada por meio da violência, material ou simbólica, resultaram em complexos conflitos armados, em exclusão e empobrecimento acelerado de grandes segmentos sociais que, pressionados por esse recrudescimento em seus territórios, rumaram aos espaços tido antes como oásis de direitos sociais, especialmente o continente europeu.

O privilegiamento da lógica do capital sobre todas as demais lógicas e formas de vida – à exemplo dos chamados processos civilizatórios da aurora da “sociedade moderna” -, conduziram a um desenvolvimento econômico excludente porque inerente à acumulação de capital. Do contexto histórico da chamada Acumulação Primitiva fizeram parte os fluxos migratórios forçados de africanos como elemento integrante do comércio, não apenas de compra e venda de mercadorias, mas de seres humanos. Mas se no passado esses fluxos foram “necessários” hoje eles são um terrível incômodo para as nações que os produziram, decididas por vários meios de evitá-los a fim de que suas cada vez mais frágeis conquistas sociais não tenham que ser socializadas. Os intensos processos migratórios em curso são também a prova da falência da sociedade do capital em prover os mínimos necessários à vida humana e a barbárie social que estampa os noticiários internacionais não apresenta todas as faces da destruição da sociabilidade humana.

Concluimos, reiteradamente, que a lógica do grande capital – que na Amazônia se apresenta sob a forma da implantação de grandes empreendimentos econômicos -,

pautada no crescimento econômico, produz impactos econômicos, políticos, ambientais e sócio-culturais e, por conseguinte, (re) produz as “expressões da questão social” na Amazônia brasileira.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.

COELHO, Maria Célia Nunes. **A ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo: Atual, 1998. (Coleção A Vida no Tempo).

HAZEU, Marcel Theodoor e FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena/Pará. *Argumentum*, Vitória, v. 7, n. 2, p. 288-301, jul./dez. 2015.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; CARDOSO, Welson de Sousa; LEAL, Aluísio Lins; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re) produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p. 157-167, jan./jun. 2012.

_____. *Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região*. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)–UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. São Paulo: UNICAMP: Imprensa Oficial, 2001.

GAYOSO DA COSTA, Solange M. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org). **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

HAZEU, Marcel. **O Não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 327 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)–NAEA/UFPa, 2015.

INSTITUTOBRASILEIRODEGEOGRAFIAEESTATÍSTICA/IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em

< <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=4&i=P>>. Acesso em 29 Jul. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DOPARÁ/IDESP. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Pará – 2010**. Disponível em <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/pib.php> Acesso em: 11 de janeiro de 2012.

LEAL, Aluizio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, n. 5, jul./ago., 1981.

_____. *et al.* **O impacto da modernização econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência**: o caso do complexo industrial de Barcarena. Belém: FINEP/FADESP/UFPA, 1986.

_____. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional)–PLADES/NAEA/UFPA, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira**: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém: SEICOM, 1990.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010/IBGE, Coordenação de população e indicadores sociais.- Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem**. Instrumentos da aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO PARÁ. **Ação civil pública com pedido de liminar**: licenciamento ambiental projeto Juruti/Alcoa. Santarém: MPF e MPE, 2005.

